

OS FUNDAMENTOS DE UMA DERROTA: UMA ANÁLISE SOBRE O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Bruno José da Cruz Oliveira

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de destacar as relações entre a esquerda brasileira e o projeto nacional desenvolvimentista no período pré 1964. A expectativa da esquerda era que a sua efetivação construiria uma sociedade com menores índices de desigualdades, a ampliação da margem de autonomia nacional e o amadurecimento das condições para a realização de uma experiência socialista no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Emancipação e Participação Popular

Abstract: This work has the objective to emphasize the relationship between the brazilian left and the national development project before 1964. The left's expectation was the national development project could build a society with reduced taxes of inequality, the enlarged the national autonomy and to maturity the historical conditions to realize a socialist experience in Brazil.

Keywords: Development, Emancipation and Popular Participation.

1.0) Análise dos pressupostos centrais do Projeto Nacional-desenvolvimentista

Apesar de haver a hegemonia das idéias alinhadas com a defesa da industrialização do país, conformada pela mudança do bloco histórico ocorrida durante o pós-1930, e pelo impulso desenvolvimentista do pós-guerra, existiam contradições entre as classes e grupos sociais que dariam origem a distintos projetos de desenvolvimento econômico. Dentre eles, destacamos o projeto nacional-desenvolvimentista. A expectativa era que a sua efetivação fosse capaz de estabelecer a urbanização e a industrialização do país apoiada no capital nativo que concorressem para formação de uma sociedade com menores índices de desigualdades, bem como a ampliação da margem de autonomia nacional relacionada às decisões econômicas e políticas.

O pressuposto político-sociológico central do projeto em destaque era o da existência de uma burguesia com raízes nacionais e consciente da sua “missão histórica”. A “burguesia nacional” deveria ser capaz de liderar uma coalizão de classes sociais tendo o objetivo de modernizar econômica e socialmente a sociedade brasileira enfrentando-se com os latifundiários e com as corporações transnacionais, responsáveis, segundo os nacional-desenvolvimentistas, pelo “subdesenvolvimento” do país. Para tanto, era necessário que essa classe desenvolvesse características políticas tais como; estar desvinculada e em situação de oposição às oligarquias rurais e aos interesses das empresas transnacionais; ter a capacidade de aceitar o intervencionismo estatal como condutor da modernização econômica e aceitar a expansão da participação popular na vida política nacional.

A acumulação de capital no Brasil desenvolveu-se, inicialmente, no setor agro-exportador. A crise de 1929 e a conseqüente queda na capacidade de importação criaram o ambiente favorável às inversões para o mercado interno. De acordo com Furtado (2005:107) coube inicialmente, aos setores oligárquicos que já tinham a sua produção agrícola voltada para o abastecimento interno deslocarem o seu capital para as atividades urbano-industriais.

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao contrário das burguesias européias que, em sua maioria, se desenvolveram de modo independente das classes proprietárias rurais, um setor significativo da burguesia industrial brasileira tem no setor agro-

exportador a sua gênese. Conseqüentemente, não fez parte da formação histórico-política e cultural da nossa burguesia o enfrentamento com classes sociais dominantes ligadas a modos de produção não-capitalistas. Desse modo, ela não vivenciou um momento “iluminista-liberal” alinhando-se a princípios humanistas universais e se manteve sintonizada com aquilo que Carvalho (2004) denominou ser a herança ibérica¹. O setor da burguesia brasileira que se desenvolveu à maneira clássica² tendo como fundamento o empreendedorismo individual, jamais conseguiu se constituir como segmento hegemônico da burguesia brasileira. Cardoso (1977:84) ao debruçar-se sobre ele afirma que

“ (...) frente à necessidade de impor ao País uma orientação político econômica industrialista e independente que atendesse aos interesses “do conjunto da sociedade”, os setores industriais oriundos dos grupos imigrantes, como segmentos marginais nos sistema nacional de dominação política, sentiram-se incapazes de propor e conduzir uma política que os levasse a obter seus fins – à expansão da empresa e do sistema industrial. Vacilariam uma vez mais e desenvolveriam situações de acomodação com parte dos setores tradicionais politicamente dominantes, preferindo perder a chance de histórica de controlar a orientação global do processo de desenvolvimento, para manter realística e timidamente uma participação limitada no jogo político vigente.”

No que diz respeito às relações estabelecidas entre a burguesia brasileira com as corporações transnacionais, estas não se caracterizaram, fundamentalmente, pelo conflito de interesses. O fato de realizar o processo de industrialização com dois séculos de atraso em relação às principais potências capitalistas limitava a capacidade competitiva das empresas de capital nacional, uma vez que, a necessidade de aquisição de créditos e tecnologia fornecidos no exterior as colocavam em situação de desvantagem. Ao mesmo tempo, a participação das corporações transnacionais no processo de industrialização da economia brasileira, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 50 do século passado obstaculizava a absorção do mercado interno em formação pelas empresas

¹ Os países ibéricos se caracterizaram por desenvolverem uma forte resistência às transformações sócio-culturais que se estabeleceram na Europa a partir do século XVIII, sobretudo àquelas sintonizadas com a Ilustração. O fundamentalismo católico e o seu obscurantismo associado às relações de poder que se estabeleceram no contexto do feudalismo e do mercantilismo na Espanha e em Portugal influenciaram diretamente a formação cultural das suas colônias entre elas o Brasil. Ver Carvalho (2005).

² Consideramos ser a Via Clássica para o capitalismo aquela caracterizada pelo conflito aberto entre as formas sociais não capitalistas e aquelas sintonizadas com o capitalismo simbolizadas pela luta entre a burguesia e a nobreza como no caso da Revolução Francesa.

nacionais. Ademais, a hegemonia do capital estrangeiro em setores estratégicos para a efetivação da industrialização brasileira nesse período comprometia radicalmente as possibilidades de construção de um capitalismo autônomo no Brasil.

A intervenção do Estado na economia foi fundamental para o processo de industrialização brasileiro. De acordo com Ianni (1986) a incorporação do intervencionismo intensificou-se a partir de 1930, consolidando-se no contexto da 2ª Guerra Mundial. Nesse sentido, podemos afirmar que a economia brasileira estava acompanhando, ainda que mediada pelo seu primarismo, a tendência intervencionista que marcou a economia internacional pós- 1929. Os impactos econômicos provocados pela guerra impulsionaram a intensificação do processo de industrialização com o subsídio estatal. Por conseguinte, iniciou-se um amplo processo de reorganização do Estado brasileiro com o objetivo de estabelecer o suporte institucional para a efetivação do intervencionismo estatal na economia. A criação de um amplo espectro de empresas estatais com a finalidade de desenvolver a infra-estrutura necessária para a expansão industrial sintonizava-se com os interesses de um segmento da burguesia industrial. A mesma via no Estado o instrumento necessário às suas pretensões hegemônicas, como ilustra o trecho do discurso proferido por um dos seus representantes mais autênticos na ocasião do I Congresso Brasileiro de Economia em 1943:

“Que se intensifique, mediante uma definida política industrial, a industrialização do País, já iniciada sob tão favoráveis auspícios.(...) Que se sugira ao Governo Federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com a participação do Estado, ou com o seu amparo. O Estado, neste caso, participará da sua administração, ou tabelará os seus produtos, mediante fiscalização adequada, de modo que concilie o incentivo devido à produção, com os interesses dos consumidores.” (Simonsen apud Ianni:1986, p.65)

Porém, apesar do apoio ao intervencionismo estatal, este mesmo segmento buscava deixar claro que essa era uma estratégia com vistas ao estabelecimento da economia de mercado. O planejamento econômico, portanto, era compreendido como uma técnica dotada de neutralidade ídeo-política. Em nenhum momento tal estratégia era compreendida como um instrumento para a limitação do processo de acumulação, cabendo, inclusive, ponderações muito claras à sua adoção:

“O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe, para que dentro do preceito constitucional, fosse utilizado, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes.” (Simonsen apud Ianni: 1986, p.67)

Entretanto, de uma maneira geral, tanto a grande burguesia monopolista brasileira quanto pequena-burguesia industrial de origens nacionais, ambas ligadas à produção de bens de consumo tradicionais se identificavam, em alguns momentos, com a politização do intervencionismo estatal através das idéias nacionalistas. Porém, os primeiros não eram insensíveis às possibilidades de ampliação das suas margens de lucro mediante a associação subalternizada com o capital estrangeiro. Na medida em que essa tendência se tornou hegemônica no processo de industrialização brasileiro, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, a adesão deste segmento às teses nacional-desenvolvimentistas ficou extremamente comprometida.

Conseqüentemente, o intervencionismo estatal enquanto instrumento necessário à transformação do Brasil numa sociedade produtora de mercadorias (Kurz:2004) passaria a ter como limite a manutenção das condições de acumulação de capital pela burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro. A conseqüência natural deste processo seria a progressiva erosão da relação nacionalismo/intervencionismo. O intervencionismo passaria a ser utilizado em função do atendimento prioritário dos interesses deste segmento durante o processo que consolidaria o capitalismo dependente no Brasil no período pós-1964³.

2) A esquerda brasileira e o seu alinhamento com o nacional desenvolvimentismo

A industrialização foi acompanhada pelo aumento da participação das classes populares no cenário político. Desde as primeiras décadas do século XX, o proletariado urbano apresentava-se como um importante ator sócio-político. A partir de 1930, a estratégia de controle da força de trabalho posta em prática pelas classes dominantes brasileiras, tendo a burguesia industrial à frente, conjugaria a tradicional repressão política

³ Ver Ianni (1966).

com a extensão de direitos sociais para categorias profissionais de maior importância estratégica para a industrialização do país⁴. A regulação das relações de trabalho dos trabalhadores urbanos, a criação, ainda que de alcance limitado, de políticas sociais, bem como a elaboração de uma legislação sindical que tutelava os sindicatos por intermédio do Ministério do Trabalho simbolizam este processo.

O fato da legislação social e trabalhista atender, exclusivamente, aos segmentos urbanos não deve ser considerado um elemento de menor importância. Ao instituir direitos sociais aos segmentos dos trabalhadores urbanos com maior capacidade político-organizativa, as classes dominantes brasileiras antecipavam-se prevenindo possíveis processos de radicalização de um segmento social em rápido processo de expansão em um período marcado pela Guerra-Fria . Sob outro prisma, podemos analisar a efetivação de tais medidas como o reconhecimento definitivo das classes populares como atores sócio-políticos. Os direitos sociais (apesar do seu alcance limitado e das mistificações provocadas pela idéia de que os mesmos eram uma doação de lideranças políticas “populistas”) foram instituídos em um contexto marcado pela disputa de hegemonia na sociedade brasileira da qual a dialética demanda-outorgamento (Pastorini: 2007) fez parte.

O processo de industrialização no Brasil, embora tenha se caracterizado por uma rápida expansão, foi acompanhado pela formação de um amplo exército industrial de reserva. A adesão ao desenvolvimentismo manifestada por segmentos expressivos das classes populares, em especial o proletariado urbano-industrial, tinha como principal razão a possibilidade de absorção do excedente de mão-de-obra em um contexto marcado pela desestruturação de modalidades de produção não-capitalistas e pelo conseqüente aumento da densidade demográfica nas áreas urbanas provocado pelo êxodo rural. Um outro fator que mediaria a adesão das classes populares ao desenvolvimentismo era a questão salarial. Apesar do crescimento econômico não vir acompanhado por um aumento significativo dos níveis salariais, segundo Weffort apud Cardoso (1977:95) os segmentos que ocupavam uma posição de maior importância no processo de produção e com maior capacidade político - organizativa conseguiam manter o seu padrão de consumo.

Desse modo, as teses defendidas pelo projeto nacional-desenvolvimentista iam ao encontro das expectativas das classes populares na medida que possuíam como

⁴ Uma das estratégias de controle da força de trabalho foi a vinculação do acesso às políticas sociais à situação de trabalhador do mercado formal, fato que levou o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos a cunhar o conceito Cidadania Regulada. Ver Santos (1977).

horizonte histórico a conformação de uma sociedade que assegurasse a elevação do nível de consumo da população mediante a incorporação das massas marginalizadas através da expansão da atividade econômica. Para tanto, de acordo com os nacional-desenvolvimentistas, seria necessária a adoção de reformas estruturais que viessem a atender os interesses da indústria nacional. Também faria parte desse processo a reorientação da produção econômica para o abastecimento do mercado interno aumentando as taxas de investimento com forte participação estatal.

Estes elementos concorriam para o alinhamento tático da esquerda brasileira, nesse período hegemônica pelo semi-clandestino Partido Comunista do Brasil, com os nacional-desenvolvimentistas. A formação de uma economia de mercado nas bases previstas pelo nacional-desenvolvimentismo era compreendida pela esquerda como um elemento de maturação das condições necessárias à construção de uma experiência socialista no Brasil. Segundo Ianni (1986) tal análise fundamentava-se em três aspectos: a possibilidade da realização de uma progressiva estatização/nacionalização da economia que tivesse como consequência a socialização dos meios fundamentais de produção; o enfrentamento às oligarquias latifundiárias; a ruptura com a situação de subserviência em relação ao imperialismo das potências capitalistas, em especial aquele exercido pelos Estados Unidos. Nesse contexto, as condições para a conformação da *aliança nacional-desenvolvimentista* baseada na conciliação de interesses de classes em torno da emancipação econômica do Brasil eram, aparentemente, reais.

Entretanto, os limites dessa coalizão de classes sociais e conseqüentemente, da tolerância da burguesia à participação popular ficavam evidentes na medida em que no seu interior estava estabelecida, de forma latente ou efetiva, a dicotomia acumulação x distribuição. O processo de formação do capitalismo na maioria das sociedades periféricas tem como uma das suas principais características o seu desenvolvimento desigual e combinado. Ao debruçar-se sobre essa questão, Sweezy (1981:104) afirma que as taxas de exploração da força de trabalho na periferia do capitalismo sempre foram mais altas do que aquelas registradas no centro. Este dado seria uma consequência da estruturação do processo de produção dessas sociedades, uma vez que, uma pequena parcela da força-de-trabalho estaria empregada em atividades industriais em regime de assalariamento enquanto a sua maioria se encontraria imersa em relações de produção não capitalistas. Assim sendo,

“(...) todo o excedente arrancado dos trabalhadores não empregados na indústria

capitalista, ou a maior parte dele, é comercializado e se torna indistinguível da mais-valia produzida de forma capitalista.”

As relações capitalistas de produção proporcionariam, neste caso, uma refuncionalização de modalidades de exploração da força de trabalho consideradas arcaicas não apenas inserindo-as no circuito da acumulação de capital, mas tornando-as elementos estruturais do capitalismo na periferia conformando uma peculiar imbricação entre moderno e arcaico nestes países. No caso do Brasil, a manutenção do caráter desigual e combinado da sua estrutura sócio-econômica encontrou entre agosto de 1961 e março de 1964 um forte processo de contestação. Este foi marcado pela intensificação das mobilizações políticas protagonizadas pelas classes subalternizadas. Essas reivindicavam reformas econômico-sociais que acelerassem o processo de modernização da sociedade brasileira acompanhadas pelo aprofundamento da sua democratização via intensificação da participação popular. Sintonizado com este processo, as “Reformas de Base” do governo nacionalista de João Goulart colocavam em questão as estruturas tradicionais da sociedade brasileira, como o latifúndio, prevendo estratégias redistributivistas que limitavam o processo de acumulação de capital por parte da burguesia monopolista brasileira e seus sócios internacionais. Paralelamente, a mobilização de segmentos das classes subalternizadas para além daqueles que estavam ligados à produção industrial, incluindo, com destaque, os trabalhadores rurais, evidenciava um processo de formação de uma consciência nacional-popular (Gramsci:2005) que progressivamente se convertia em um elemento de contestação à ordem social vigente. Diante dessa conjuntura a opção histórica da burguesia monopolista brasileira foi a obstaculização da participação popular através da instalação de um regime autoritário caracterizado por Netto (1994) como *autocracia burguesa com tutela militar*. Podemos afirmar, portanto, que o modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil não pode abrir mão de um arcabouço sócio-político que se mantenha impermeável aos interesses populares. Fernandes (1975:111) ao analisar o que denominou ser as conseqüências do *superprivilegiamento de classes* na América Latina e, por conseguinte, no Brasil afirma que

“As classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à idéia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “pragmatismo político”,

que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento.”

3) Considerações finais

Certamente, as possibilidades de diálogo entre nacionalismo e anti-capitalismo nos países periféricos são reais. Na medida em que o processo de acumulação dos grandes monopólios sediados nos países centrais do capitalismo depende diretamente da manutenção da subalternidade dos países periféricos no cenário internacional e da superexploração da força de trabalho, a ideologia nacionalista pode se tornar um importante componente crítico ao status quo.

No entanto, é importante ressaltarmos que a possibilidade das burguesias dos países periféricos encabeçarem processos de ruptura com as condições de dependência dos seus países são insignificantes. Certamente, não se trata de uma questão moral, como uma análise epidérmica do tema pode sugerir. Essa característica decorre das necessidades da própria dinâmica de valorização do capital. O processo de acumulação por parte das burguesias dos países periféricos não lhes conferiu as possibilidades de desenvolverem, de forma autônoma, a industrialização das suas sociedades. Tal intento sempre foi direta ou indiretamente financiado pelo capital originado nos países centrais. Essa estratégia viabilizou durante anos as altas taxas de lucros dos grandes monopólios transnacionais, uma vez que a dinâmica de exploração da força de trabalho na periferia sempre foi (e continua sendo) muito superior àquela encontrada nos países centrais. Logo, do ponto de vista da valorização do capital, a associação com a burguesia monopolista internacional tornou-se uma opção natural.

O nacional-desenvolvimentismo brasileiro conformou-se como um projeto inviável historicamente. Em que pese as suas contribuições teóricas, culturais e políticas inovadoras e o objetivo de promover um projeto nacional em torno da formação de um capitalismo independente e “humanizado”, a sua efetivação encontrou na própria gênese da formação do capitalismo brasileiro o seu limite. Ao depositar na burguesia “nacional” as esperanças de concretização do seu projeto, os nacional-desenvolvimentistas o tornaram uma “idéia fora de lugar”.

Referências Bibliográficas

- AMMANN, S. B. A ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. SP: Cortez, 2002.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: De 1889 a 1930. SP: Alfa-Ômega, 1976.
- BEHRING, E. Política social no capitalismo tardio. SP: Cortez, 1998.
- CARDOSO, F.H..Hegemonia burguesa e independência econômica: Raízes estruturais da crise política brasileira.In: FURTADO, C. (org) Brasil: tempos Modernos.RJ: Paz e Terra,1977.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O longo caminho. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Cultura e Sociedade no Brasil. São Paulo. Cortez. 2004.
- _____. Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Marxismo e Política : A dualidade de poderes e outros ensaios.RJ: Cortez, 1996.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. RJ: Zahar,1973.
- _____. Formação Econômica do Brasil. SP: 27ª ed. Publifolha, 2005.
- IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1986
- SANTOS, W.G.. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.RJ: Campus,1987.
- KURZ, R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6ª ed. RJ: Paz e Terra, 2004.
- WEFFORT, F. O Populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (org) Brasil: tempos Modernos.RJ: Paz e Terra,1977